

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 293

**O PAPEL DA MOEDA NAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL:
UMA ABORDAGEM PÓS-KEYNESIANA**

Ana Tereza Lanna Figueiredo

Agosto de 2006

Ficha catalográfica

330.34
F475p
2006

Figueiredo, Ana Tereza Lanna.
O papel da moeda nas teorias do
desenvolvimento desigual: uma abordagem pós-
keynesiana / Ana Tereza Lanna Figueiredo - Belo
Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. –

15p. (Texto para discussão ; 293)

1. Desenvolvimento econômico 2. Economia
keynesiana. I. Universidade Federal de Minas
Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento
Regional. II. Título. III. Série.

CDU

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**O PAPEL DA MOEDA NAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL:
UMA ABORDAGEM PÓS-KEYNESIANA**

Ana Tereza Lanna Figueiredo

Professora Assistente da PUC Minas e Doutoranda em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2006**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. INCERTEZA E MOEDA: A ESSÊNCIA DA TEORIA PÓS-KEYNESIANA	6
3. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL	7
4. CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL	12
5. CONCLUSÃO	14
6. BIBLIOGRAFIA.....	15

RESUMO

A teoria do desenvolvimento desigual ocupa-se de investigar por que alguns países e/ou regiões crescem mais que outros. Na tentativa de resolver esta problemática, os estudiosos do assunto não consideraram explicitamente a moeda como fator importante nesse cenário. Entretanto, segundo a abordagem pós-keynesiana, a moeda não é neutra. Ela exerce papel central na tomada de decisão dos agentes econômicos, sendo fundamental na determinação da dinâmica de acumulação da economia.

O presente artigo objetiva identificar se a teoria do desenvolvimento desigual incorpora ainda que implicitamente a idéia da não neutralidade da moeda no processo de desenvolvimento de um país ou região. A partir da análise empreendida pode-se concluir que, apesar de as teorias de Rosenstein-Rodan (1943), de Ragnar Nurske (1955), de Albert Hirschman (1961) e de Gunnar Myrdal (1960), apresentadas aqui, não explicitarem o papel da moeda nesse processo, a maior parte delas o fazem implicitamente ao introduzirem a incerteza como fator fundamental na determinação do comportamento dos agentes, na decisão do investimento.

ABSTRACT

The theory of unequal development is set to inquire why some countries and/or regions grow more than others. In the attempt to solve this problem, scholars have not explicitly considered money as an important factor in such a scenario. However, in accordance with a post-Keynesian approach, money is not neutral. It does play a major role in decision-making by economic agents, and it is crucial to the determination of the accumulation dynamics of the economy.

This paper purports to identify whether the theory of unequal development includes, however implicitly, the notion of money non-neutrality in the development process of a country or region. On the basis of this analysis, it may be concluded that, despite the fact that the theories of Rosenstein-Rodan (1943), Ragnar Nurske (1955), Albert Hirschman (1961), and Gunnar Myrdal (1960), presented herein, do not make explicit the role of money in this process, most of them imply it as they introduce uncertainty as a crucial factor in the determination of agents' behavior in investment decisions.

JEL: E12, O20, O40

1. INTRODUÇÃO

A teoria do desenvolvimento desigual ocupa-se de uma questão central, qual seja: por que alguns países e/ou regiões crescem mais que outros? Na tentativa de resolver esta problemática, os estudiosos do assunto não consideraram explicitamente a moeda como fator importante nesse cenário. Entretanto, segundo a abordagem pós-keynesiana, a moeda não é neutra. Ela exerce papel central no processo decisório dos agentes econômicos. Destarte, é fundamental na determinação da dinâmica de acumulação da economia, não devendo pois ser negligenciada.

Este trabalho objetiva identificar se a teoria do desenvolvimento desigual, nas suas duas versões – crescimento equilibrado e crescimento desequilibrado – incorporam ainda que implicitamente a idéia da não neutralidade da moeda no processo de desenvolvimento de um país ou região.

Para tanto, faz-se necessário expor, em linhas gerais, as principais idéias que permeiam o pensamento pós-keynesiano e as contribuições fundamentais de Rosenstein-Rodan (1943), Ragnar Nurske (1955), Albert Hirschman (1961) e Gunnar Myrdal (1960) para a teoria do desenvolvimento desigual. Pretende-se, a partir daí, estabelecer uma associação entre os fundamentos das respectivas teorias no que diz respeito à moeda. Estes dois temas serão abordados nos itens 2 e 3. Com o objetivo de contribuir para o avanço do debate, o item 4 apresenta alguns estudos recentes de autores pós-keynesianos que evidenciam a importância da moeda para explicar as disparidades regionais.

2. INCERTEZA E MOEDA: A ESSÊNCIA DA TEORIA PÓS-KEYNESIANA

A escola pós-keynesiana desenvolveu-se principalmente a partir da década de 70 como resposta às críticas ao keynesianismo feitas pelos monetaristas (Friedman à frente) e novos clássicos (Lucas, Sargent e outros). Seus principais expoentes são, entre outros, os economistas Paul Davidson, Hyman Minsky e Jan Kregel.

Essa escola buscou mostrar de forma coerente e consistente que os mercados não se auto-equilibram, sendo, por isso, falhos. Assim, uma economia deixada ao livre jogo das forças de mercado é incapaz de alcançar ou mesmo permanecer em uma posição de pleno emprego dos fatores (OREIRO e DE PAULA, 2005; LIBÂNIO, 2000).

Ao contrário da visão dos novos clássicos, os economistas pós-keynesianos trabalham com a hipótese de formação de expectativas sob incerteza não-probabilística¹, o que significa a impossibilidade, a priori, de determinar o quadro relevante de influências que atuarão entre a decisão de implementar um determinado plano e a obtenção de resultados. Sob incerteza, reter moeda como um ativo pode ser um ato racional, uma vez que ela, por seu atributo de liquidez absoluta, fornece flexibilidade na composição do portfólio dos agentes.

Assim, a moeda não é neutra na economia, pois ela afeta os motivos e decisões dos agentes: em um ambiente incerto, os indivíduos podem preferir demandar moeda ao invés de gastar. Conforme

¹ Entende-se aqui que incerto é o fenômeno para o qual não é possível mensurar sua probabilidade.

Dow & Rodrigues-Fuentes (2003), a incerteza sobre o futuro leva a uma busca por ativos mais líquidos como forma de proteção e, além disso, decisões de investimento são postergadas para um momento economicamente mais favorável. Isto se reflete no aumento da preferência pela liquidez dos agentes – que é um indicador da quantidade de moeda que desejam reter. Mudanças nesta, devido ao maior ou menor grau de confiança na economia, abrem a possibilidade para alterações endógenas na renda, uma vez que levam a flutuações na demanda efetiva.

Assim como Keynes, os economistas dessa escola defendem um papel permanente para o governo na economia. Estes devem adotar políticas econômicas dirigidas a aumentar o nível de demanda agregada, a fim de criar um ambiente estável e seguro, que estimule os empresários a realizar novos investimentos. Segundo eles, o nível de emprego depende dos determinantes da demanda agregada, especialmente da decisão de investimento dos empresários. Em outras palavras, a política econômica deve procurar afetar o investimento privado global, criando um clima seguro que estimule escolhas mais arriscadas em vez de acumular ativos líquidos. Assim, a boa política para eles é aquela que induz os agentes a investirem em ativos de capital (investimento novo). (DE PAULA, 2004; OREIRO e DE PAULA, 2005).

3. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

A teoria do desenvolvimento desigual nega que o processo de crescimento econômico seja contínuo, cumulativo. Segundo seus teóricos, não existem etapas a serem cumpridas pelos países e/ou regiões para se chegar ao desenvolvimento. Na verdade, assumem que o desenvolvimento baseia-se na idéia de descontinuidade, desequilíbrio. Esta situação pode advir tanto da indivisibilidade do capital, por exemplo no setor de infra-estrutura (energia, transporte), como também da incerteza que permeia o ambiente econômico e afeta negativamente a tomada de decisão empresarial. O Estado, então, deve assumir um papel fundamental no estímulo ao investimento e, em última instância, na promoção do crescimento.

Entretanto, apesar dos argumentos comuns, surgiram os modelos de crescimento equilibrado e os de crescimento desequilibrado, que levam a diferentes conclusões acerca do que deve ser feito para alcançar o desenvolvimento, conforme será exposto a seguir.

a) Crescimento Equilibrado – as formulações básicas de Rosenstein-Rodan e Ragnar Nurske

Rosenstein-Rodan

Rosenstein-Rodan (1943), ao analisar o problema da industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental (ambas as áreas deprimidas), indicou caminhos para se alcançar o desenvolvimento econômico.

Segundo o autor, são três os principais desafios que um país ou uma região deprimida deve enfrentar: a oferta escassa de capital, especialmente de capital social básico; a relativa ausência de complementaridade de demanda; e a oferta reduzida de poupança (mercado de capitais inexpressivo).

A solução colocada por ele para resolver esses três problemas simultaneamente seria a realização de um grande pacote de investimentos, a ser promovido pelo Estado.

O referencial teórico que embasa o trabalho do autor é muito impreciso. Ele combina conceitos neoclássicos – Lei de Say e curva de oferta de poupança – com elementos keynesianos, tais como a incerteza, e o papel desempenhado pela moeda (LEMOS, 1988).

Feita esta ressalva, cabe aqui apontar que, apesar de não mencionar explicitamente em seu estudo, o autor leva-nos a concluir que a moeda não é neutra. Rosenstein-Rodan (1943) coloca claramente que a principal força propulsora do investimento é a expectativa de lucro do empresário individual, e esta baseia-se na experiência do passado. Ainda segundo ele, essa experiência do passado é irrelevante quando se trata de transformar toda a estrutura econômica de uma região. Nesse caso, o conhecimento do empresário individual sobre o mercado é insuficiente. A grande incerteza presente pode, portanto, influenciar negativamente a ação empresarial, caso a estimativa de risco subjetivo do investidor seja superior ao risco objetivo. Este tipo de raciocínio somente é válido se se assume que a moeda desempenha algum papel no sistema econômico. Frente à incerteza, os agentes econômicos, em especial os empresários, podem optar por reter moeda (riqueza na sua forma mais líquida), abrindo a possibilidade de haver insuficiência de demanda e, destarte, retração econômica.

Devido à interdependência existente entre as diversas decisões de investimento por parte dos agentes, Rosenstein-Rodan (1943) pondera que a incerteza aumenta ainda mais. Dessa forma, sugere a realização de um grande pacote de investimento, patrocinado pelo Estado, o que reduziria o risco e, portanto, a incerteza do ponto de vista do investidor individual.

Esse argumento é utilizado pelo autor para justificar a criação do Truste Industrial da Europa Oriental (TIEO). Em suas palavras:

“Se a industrialização das áreas internacionais deprimidas tivesse que depender inteiramente do incentivo normal dos empresários privados, o processo seria não somente muito mais lento, a taxa de investimento mais baixa e (consequentemente) menor a renda nacional, como também toda a estrutura econômica da região resultaria diferente. O investimento seria distribuído em proporções diferentes entre as diversas indústrias e o equilíbrio final estaria abaixo do ótimo que poderia ser alcançado por um grande TIEO.” (ROSENSTEIN-RODAN, 1943: 257)

Ragnar Nurske

A pequenez do mercado interno é tida por Nurske (1955) como o grande obstáculo ao desenvolvimento de um país. Segundo o autor, nos países pobres, o uso de equipamentos na produção de bens e serviços para o mercado interno é restringido pelo pequeno tamanho desse mercado, pela falta de poder de compra real. Assim, não há incentivo para o investimento.

É importante enfatizar que o autor desenvolve sua teoria fundamentada nos princípios clássicos. Segundo ele, a deficiência de demanda existente nas economias subdesenvolvidas não é uma deficiência de demanda efetiva, no sentido Keynesiano, e sim uma escassez de poder de compra real da população – consequência da reduzida renda real, decorrente em parte da baixa produtividade. De acordo com ele, como não há insuficiência de demanda monetária, não há brecha deflacionária. Ao contrário, observa-se nesses países recorrente tendência inflacionária. Embora baixa, a demanda monetária é excessiva em relação à capacidade de produção. Em sua visão, a oferta cria sim sua própria demanda, mas a oferta, no caso, é muito reduzida.

O autor conclui que a Lei de Say, apesar de valer para regiões economicamente atrasadas, no sentido de que não há espaço para deflação, não é válida no sentido de que a produção de qualquer indústria isolada, recém criada, possa criar a sua própria demanda. É pouco provável que as pessoas ocupadas na nova indústria gastem toda a sua renda nos produtos da mesma.

Assim, o estímulo para investir é anulado pela pobreza e a aplicação de capital em uma única linha de produção é desencorajada. É sabido que, de um lado, as descontinuidades técnicas requerem consideráveis “saltos” (investimentos) para a sua superação. Por outro lado, a pequena e inelástica demanda num país de renda baixa tende a tornar arriscados ou completamente falhos esses “saltos” em qualquer tipo de negócio considerado independentemente.

Dessa forma, a expansão econômica não se dá de forma espontânea ou mesmo automática. Ao contrário, conforme afirma Nurske, dentro do sistema existem forças naturais que tendem a fixá-lo em determinado nível. Ressalta, entretanto, esse círculo vicioso da pobreza não é intransponível.

A aplicação mais ou menos sincronizada do capital a uma ampla escala de indústrias diferentes supera a dificuldade, se existente, advinda do desestímulo ao investimento. Com isso, aumenta-se o mercado de forma geral – claro, considerando-se aqui que a idéia de equilíbrio é inerente à lei clássica dos mercados, qual seja, a lei de Say. Um país, para desenvolver-se, deve adotar uma estratégia de crescimento equilibrado. Para tanto, supõe-se uma ação bastante intervencionista do Estado.

Uma vez que o autor segue claramente o pensamento clássico na elaboração de sua teoria, a moeda é vista apenas como um meio de troca, possuindo função transitória e sendo neutra nos seus efeitos. Ou seja, não desempenha nenhum papel na determinação da dinâmica econômica de um país.

b) Crescimento Desequilibrado – as contribuições de Hirschman (1961) e Myrdal (1960)

Albert Hirschman

De acordo com Hirschman (1961), a teoria do desenvolvimento equilibrado, além de ser impraticável, é também anti-econômica. O autor questiona a viabilidade de empreender-se uma ampla gama de investimento nos diversos setores da economia em um país subdesenvolvido, uma vez que, para tanto, seria necessário dispor de um grande volume de recursos. É sabido, entretanto, que, exatamente nestes países, os recursos apresentam-se bastante escassos.

Assim, em contraposição a esta teoria, Albert Hirschman desenvolveu a teoria do desenvolvimento desequilibrado. A vantagem dessa abordagem é que ela abre espaço para a ação do investimento induzido, economizando, assim, os recursos escassos e maximizando a capacidade de intervenção do Estado.

O autor parte do pressuposto de que o desequilíbrio é o elemento que move a economia. A necessidade de superação dos gargalos gerados pelo avanço desigual de um setor dá dinâmica ao processo de desenvolvimento. Portanto, a criação permanente de gargalos no sistema produtivo leva ao investimento induzido, que é fundamental no processo de industrialização dos países subdesenvolvidos. Nas palavras do autor:

“A cada passo, uma indústria tira vantagem de economias externas criadas pela expansão prévia e, ao mesmo tempo, forma novas economias externas a serem exploradas por outros operadores”. (HIRSCHMAN, 1961:108)

Essas economias externas são resultado do efeito completivo do investimento.

Esta teoria não prescinde da ação de forças externas ao mercado. Hirschman sugere que o setor público intervenha no caso de haver problemas de oferta no curso desigual do progresso dos setores – especialmente naquelas áreas onde o capital privado não atua (como infra-estrutura de modo geral). O Estado deveria também planejar e coordenar todo o processo, buscando incentivar o desenvolvimento dos setores-chave da economia, quais sejam, aqueles que apresentam os maiores efeitos encadeadores (para frente e para trás).

O autor define duas possíveis estratégias de desenvolvimento:

1. Desenvolvimento via capacidade excessiva de capital social básico - CSB (infra-estrutura, incluindo todos os serviços públicos e o capital geral agrícola). Esta estratégia baseia-se na expansão iniciada pelos acréscimos no suprimento de CSB. O autor supõe aqui que a capacidade excessiva de CSB atrai para o país ou região investidores nas atividades produtivas diretas, promovendo assim o seu desenvolvimento.
2. Desenvolvimento via escassez de CSB. A idéia aqui é a de que se a atividade produtiva direta passar à frente da CSB, fortes pressões estabelecer-se-ão para a provisão da mesma, induzindo o desenvolvimento.

Ambas as formas estabelecem incentivos e pressões para novas inversões. A respectiva eficiência dependerá da força das motivações empreendedoras e da reação do governo (responsável pelas inversões em infra-estrutura) à pressão pública.

Pode-se concluir que o autor assume que a moeda é capaz de afetar a dinâmica de acumulação da economia. O resultado das estratégias de desenvolvimento apontadas acima se deve à redução da incerteza, que se manifesta de forma muito mais forte nos países subdesenvolvidos. Ao antecipar a provisão de CSB, ou iniciar com investimentos nas atividades produtivas gera-se um ambiente mais propício a novas inversões, por reduzir a incerteza (especialmente, com relação à demanda), afetando a preferência pela liquidez dos agentes.

Este autor, assim como Hirschman, apresentou críticas em relação à Teoria do Desenvolvimento Equilibrado. Segundo ele, a principal delas é a dificuldade que existe para se construir uma política industrial madura e equilibrada. Os países subdesenvolvidos, por definição, têm estrutura desequilibrada e o equilíbrio desta não deve ser um fim. O objetivo deve ser o de atingir o desenvolvimento a partir de um processo de industrialização impulsionada por desequilíbrios.

A contribuição essencial de Myrdal (1960) está relacionada ao enfoque dado à dinâmica centro *versus* periferia. Segundo o autor, para entender o subdesenvolvimento de um país é preciso inseri-lo neste contexto. A partir desta ótica, o desenvolvimento nunca será igual entre as regiões – ele é desequilibrado pois visa o favorecimento das economias mais desenvolvidas.

Para descrever o processo de reprodução contínua da dicotomia centro-periferia Myrdal (1960) desenvolveu o princípio da causação circular acumulativa. Este foi elaborado a partir de um estudo sobre o problema dos negros nos EUA (racismo). Nesse estudo, identificou que a essência do problema social envolve um complexo de mudanças interdependentes circulares e acumulativas. Daí observou ser a teoria do equilíbrio insatisfatória. Segundo o autor, o processo acumulativo, quando não controlado, promoverá desigualdades crescentes.

Trazendo esta idéia para o âmbito da economia, Myrdal conclui que há tendência inerente ao processo de desenvolvimento, que é a promoção de desigualdades econômicas e regionais em um país. Desta forma, opõe-se à teoria da convergência.

Segundo o autor, o processo de expansão cria economias externas favoráveis à sua continuidade. Por outro lado, a expansão em uma determinada região produz efeitos regressivos em outras. A migração, o movimento de capital e o comércio são os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve – para cima, nas regiões desenvolvidas, e para baixo, nas mais pobres.

Em oposição aos efeitos regressivos, há os propulsores, que são transmitidos do centro de expansão econômica para outras regiões. Esses afetam tanto as localidades vizinhas da região que está-se desenvolvendo, como também aqueles locais que suprem as indústrias em desenvolvimento (ainda que distantes).

Quanto mais alto o nível de desenvolvimento de um país, mais fortes serão os efeitos propulsores. Em um país subdesenvolvido, entretanto, estes são fracos. Deixando o mercado atuar livremente, desigualdades regionais irão aparecer e as já existentes serão ampliadas. Isto acabará por desestimular o próprio desenvolvimento econômico nessas regiões. Este é um dos motivos pelo qual se diz que “a pobreza é a causa da própria pobreza”.

Myrdal (1960) considera em seu trabalho que a moeda exerce um importante papel nesse processo acumulativo. Segundo o autor, estudos em muitos países

“revelam como o sistema bancário, quando não controlado para operar de maneira diferente, tende a transformar-se em instrumento que drena as poupanças das regiões mais pobres para as mais ricas e mais progressistas, onde a remuneração do capital é alta e segura” (MYRDAL, 1960: 45).

Pode-se dizer que tal fato se deve à menor disposição tanto dos bancos de ofertarem crédito nas regiões periféricas como de os agentes em realizar suas inversões nestas regiões.

Conclui-se com o autor, que a incerteza presente de forma mais acentuada nas regiões pobres contribui para aumentar nestas a preferência pela liquidez dos agentes, levando em última instância, por meio do processo acumulativo, ao menor grau de desenvolvimento.

Para frear esse processo acumulativo negativo, é fundamental que haja mudanças compensatórias, como por exemplo, deseconomias externas e reversão de expectativas. O Estado pode exercer um importante papel nesse sentido, ao tentar propiciar a redução da incerteza presente no ambiente econômico.

4. CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Independente de ser ou não incorporada na discussão sobre o desenvolvimento desigual entre as regiões ou países, a observação empírica sustenta a crença de que, em uma sociedade capitalista, a moeda é capaz de afetar de forma permanente o processo de acumulação da economia.

A abordagem pós-keynesiana ajuda no entendimento desta dinâmica no âmbito local e regional. De acordo com esta linha de pensamento, as diferenças estruturais existentes entre as diversas regiões de um país, ou entre os diversos países, levam a um círculo vicioso (com relação às variáveis reais e monetárias) que tende a ampliar/perpetuar as desigualdades, ao invés de reduzi-las. Resumidamente, tem-se que nos locais mais atrasados (periferia), a incerteza é maior, conseqüentemente a disponibilidade de crédito é menor (devido à maior preferência pela liquidez dos diversos agentes econômicos), o que leva a um nível de investimento mais reduzido. Com isso, amplia-se a incerteza nestas regiões, desestimulando ainda mais o investimento, e assim por diante. O contrário ocorre nas áreas mais desenvolvidas (DOW, 1993).

Existem diversas referências dispersas na literatura recente sobre o papel da moeda no desenvolvimento desigual das regiões. Estas, porém, não foram elaboradas como teorias de desenvolvimento. Entretanto, é importante que elas sejam incorporadas no debate a fim de tentar colaborar para o seu avanço. Abaixo serão apresentadas algumas contribuições fundamentais para o tema, sem pretender, no entanto, esgotá-las.

Uma das primeiras estudiosas a escrever sobre a importância da moeda na promoção do desenvolvimento foi Sheila Dow. A partir dos conceitos teóricos pós-keynesianos e utilizando-se de elementos da Teoria da Causação Cumulativa e da Dependência, a autora apresentou em seu estudo *The stages of banking development and the spatial evolution of financial systems*, publicado em 1998, alguns modelos em que o sistema financeiro, juntamente com o lado real da economia, pode fomentar padrões de desenvolvimento regional desiguais.

Nesse trabalho, Dow analisou o desenvolvimento espacial do sistema financeiro e o seu efeito no desenvolvimento econômico das regiões. Concluiu que existe uma tendência, inerente ao sistema financeiro, de se concentrar em determinados locais, notadamente nos centros financeiros mais desenvolvidos. A tendência relaciona-se à capacidade de os bancos localizados nestes centros inspirarem maior confiança nos agentes econômicos e, portanto, gerarem mais crescimento e lucros.

Neste sentido, segue a idéia de Myrdal de causação acumulativa: mais confiança implica mais negócios e maior capacidade de alcançar economias de escala, que inspiram ainda mais confiança e assim por diante. Sugeriu, portanto, que o desenvolvimento das diversas regiões tende a ser afetado pelo diferente estágio de desenvolvimento bancário (DOW, 1998)

Adriana Amado (1997), também partindo da abordagem pós-keynesiana de incerteza, tempo e moeda e baseada no trabalho pioneiro de Dow, concluiu que as diferenças estruturais profundas, observadas entre as diversas regiões no Brasil, conduzem a uma dinâmica monetária que tende a ampliar as desigualdades, ao invés de reduzi-las, como prevêm os modelos ortodoxos. Dadas as características estruturais das regiões periféricas e suas relações com as economias centrais, Amado observou que o comportamento privado dos agentes acaba por gerar círculos viciosos, que não dizem respeito às variáveis reais apenas. De fato, esses círculos têm rebatimentos financeiros e mesmo têm parte de suas fontes nas relações dos próprios agentes com a moeda.

Crocco et alli (2003), seguindo a mesma linha de pensamento, testaram o impacto do acesso bancário e da preferência pela liquidez do público sobre o desenvolvimento econômico mineiro. O trabalho concluiu que, de fato, as regiões do estado com menor acesso aos bancos e maior preferência pela liquidez dos agentes sofrem de restrição de crédito, tendo, portanto, o seu desenvolvimento dificultado. Tais regiões são exatamente as mais pobres em termos de bens e serviços. Desta forma, as características econômicas e sociais induziriam a fatores institucionais que, ao inibirem a geração de crédito, desestimulariam o crescimento econômico, contribuindo para a manutenção das características iniciais.

Em um trabalho posterior, Crocco et alli (2005) demonstraram que a centralidade², que pode ser considerada um importante determinante do desenvolvimento desigual das regiões, é influenciada pelo comportamento das variáveis financeiras.

De acordo com os autores, uma maior centralidade leva a uma maior diversificação dos setores secundário e terciário. Esta amplia as alternativas de investimento dos bancos ao possibilidade a diversificação de suas carteiras. Com isso, observa-se uma redução na preferência pela liquidez dos mesmos. Os empresários, por outro lado, também têm reduzida a sua preferência pela liquidez. A maior diversificação, propiciada pela maior centralidade, gera externalidades que podem ser apropriadas pelas firmas, atenuando a incerteza no local.

Assim, regiões mais centrais tendem a desenvolver-se mais, uma vez que seus agentes apresentam uma menor preferência pela liquidez, ampliando as desigualdades regionais e não reduzindo-as, como prevêm os modelos ortodoxos.

Pode-se constatar, juntamente com esses autores, que a moeda de fato exerce papel relevante na determinação da renda e do emprego, podendo ser responsável pela manutenção e ampliação das diferenças regionais. Ou seja, interfere diretamente no processo de desenvolvimento de um país ou região.

² O conceito de centralidade foi desenvolvido por Christaller (1966) referindo-se à importância relativa de um lugar com respeito à região do seu entorno. Os bens e serviços centrais são aqueles necessariamente produzidos e ofertados em poucos pontos centrais de forma a serem consumidos em muitos pontos dispersos. Quanto mais especializados forem os bens e serviços, mais concentrados em poucos centros eles serão, ou, de acordo com a caracterização adotada por Christaller, maior será a ordem hierárquica destes centros (maior a centralidade, então).

5. CONCLUSÃO

Explicar a diversidade do desempenho econômico entre os países e/ou regiões constitui o maior desafio dos teóricos do desenvolvimento desigual. Apesar de existirem pontos comuns nas teorias desenvolvidas pelos mesmos, elas dividem-se em duas grandes vertentes que levam a diferentes conclusões acerca do caminho que um país ou região deve seguir a fim de alcançar um estágio mais avançado para sua economia: a do crescimento equilibrado e a do crescimento desequilibrado.

Pode-se constatar que apesar de as teorias apresentadas aqui não explicitarem o papel da moeda no processo de desenvolvimento de um país ou região, a maior parte delas o fazem implicitamente ao introduzirem a incerteza como fator fundamental na determinação do comportamento dos agentes, na decisão do investimento. Num mundo, no qual o futuro é desconhecido e incerto, os agentes preferem reter moeda e, por conseguinte, suas decisões de gastos, sejam de consumo, sejam de investimento, são postergadas. Essa possibilidade de retenção de moeda acaba por condicionar a dinâmica do processo produtivo. A não neutralidade da moeda diz respeito exatamente à compreensão do processo de decisão dos indivíduos em um contexto de incerteza. O único autor que desconsidera a importância das variáveis monetárias é Ragnar Nurske, que possui claramente um viés clássico.

Conforme exposto no item 4 deste trabalho, existem diversos estudos recentes que evidenciam a não neutralidade, o papel central e a importância da moeda no processo decisório dos agentes econômicos. Com base nesse pressuposto conclui-se que o fato de se ignorar a influência da moeda pode levar a consequências desastrosas em termos de estratégias de desenvolvimento adotada pelos países e regiões.

Assim, ainda que parte dos teóricos do desenvolvimento desigual incorporem implicitamente a não neutralidade da moeda em seus estudos, seria interessante que o fizessem explicitamente. Dessa forma, trazendo a questão para o centro da discussão poder-se-ia aprofundar a análise, abrindo caminho não só para o melhor entendimento do processo de crescimento desigual como também para a elaboração de estratégias para o desenvolvimento. Isso concorreria grandemente para o avanço do debate.

6. BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Adriana (1997). A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana. *Estudos econômicos*, v.27, n.3, p.417-40.
- CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.
- CROCCO, Marco Aurélio et alli (2003). *Desenvolvimento econômico, preferência pela liquidez e acesso bancário: um estudo de caso*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, maio de 2003. (Texto para discussão nº 192)
- DE PAULA, Luiz Fernando. A questão da autonomia do Banco Central: uma visão alternative. *Indicadores FEE*, v.32, n.2, p. 253-64, 2004.
- DOW, Sheila C. (1993). *Money and the economic process*. Aldershot: Edward Elgar.
- _____(1998). The stages of banking development and the spatial evolution of financial systems. In: MARTIN, Ron (ed.). *Money and the space economy*. Londres: Willey.
- _____ & RODRÍGUES-FUENTES, C. EMU and the regional impact of monetary policy. *Regional Studies*. V.37, n.9, p. 969-80, December/2003.
- FERRARI FILHO, Fernando e CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo (2001). A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível? *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.11, n.1, p. 99-122, julho/2001.
- GILBÂNIO, Gilberto de Assis (2000). Resenha de: “Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.10, n.2, p.173-179, dezembro/2000.
- HIRSCHMAN, Albert (1961). *A estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, caps. 2, 3, 4, 5 e 10.
- LEMONS, Maurício Borges. *Espaço e capital: um estudo sobre a dinâmica centro x periferia*. Campinas: UNICAMP, 1988, cap. 5 (Tese de doutorado em economia).
- MYRDAL, Gunnar (1960). *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: ISEB, caps. 2, 3 e 4.
- NURSKE, Ragnar (1955). *Problems of capital formation in underdeveloped countries*. Oxford: Basil Blackwell, cap.1.
- OREIRO, José Luís e de PAULA, Luiz Fernando (2005). *Pós-keynesianos e intervencionismo estatal: uma resposta a Mendonça de Barros*. Disponível em: <http://www.desempregozero.org.br/artigos.php>. Acesso em: 16/08/2005.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. (1943). Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe. *Economic Journal*, 53 (3).